

'CONSCIÊNCIA CIDADÃ'

“A comunidade quer ver as coisas acontecerem”, destacou presidente

>> **Rosi Oliveira**
Redação DS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) realizou ontem, 31, em Tangará da Serra, o ‘Consciência Cidadã’. O evento tratou sobre fiscalização do dinheiro público e acesso a informações relacionadas ao controle das contas e políticas públicas do município e aconteceu durante o dia e também à noite e contou com a presença de vereadores das cidades de Tangará da Serra, Alto Paraguai, Arenópolis, Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo do Parecis,

Campos de Júlio, Comodoro, Denise, Diamantino, Nobres, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Porto Estrela, Sapezal e Santo Afonso.

Durante o dia, aconteceu o Programa “Democracia Ativa”, com palestras no auditório da Universidade de Cuiabá (Unic).

No período da noite, aconteceu a fala do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso Antonio Joaquim, que falou sobre a aproximação com a comunidade e que isso, faz com que a mesma esteja atenta aos seus direitos. “O tribunal de contas do século XXI é um tribunal moderno, que se preocu-

pa em contribuir além de cumprir o seu dever de auditar e fiscalizar, e punir quando necessário, tem a consciência de que é preciso fazer mais que isso. Hoje a gente precisa entender que todos nós estamos no mesmo barco e vamos para o mesmo porto, que é o porto da satisfação da qualidade dos serviços públicos”, destacou o presidente, ao ressaltar que a comunidade quer ver as coisas acontecerem. “A comunidade quer ver as coisas acontecerem, médicos trabalhando, remédios nos postos, professores nas salas e nosso papel é de facilitar esse acesso”, destacou o presidente.



O evento aconteceu ontem no auditório da Unic

DEMOCRACIA ATIVA



Presidente da Câmara de vereadores, Hélio da Nazaré

“Tribunal de Contas é parceiro indispensável”

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Hélio José Schwaab (PSD) disse em seu discurso durante a abertura do evento do Programa Democracia Ativa, na manhã desta quarta-feira, 31, que o Tribunal de Contas de Mato Grosso tem sido parceiro indispensável, especialmente dos Legislativos Municipais que hoje reconhecem o seu papel determinante. Para o presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, é preciso destacar a importância dos programas que o TCE-MT vem desenvolvendo.

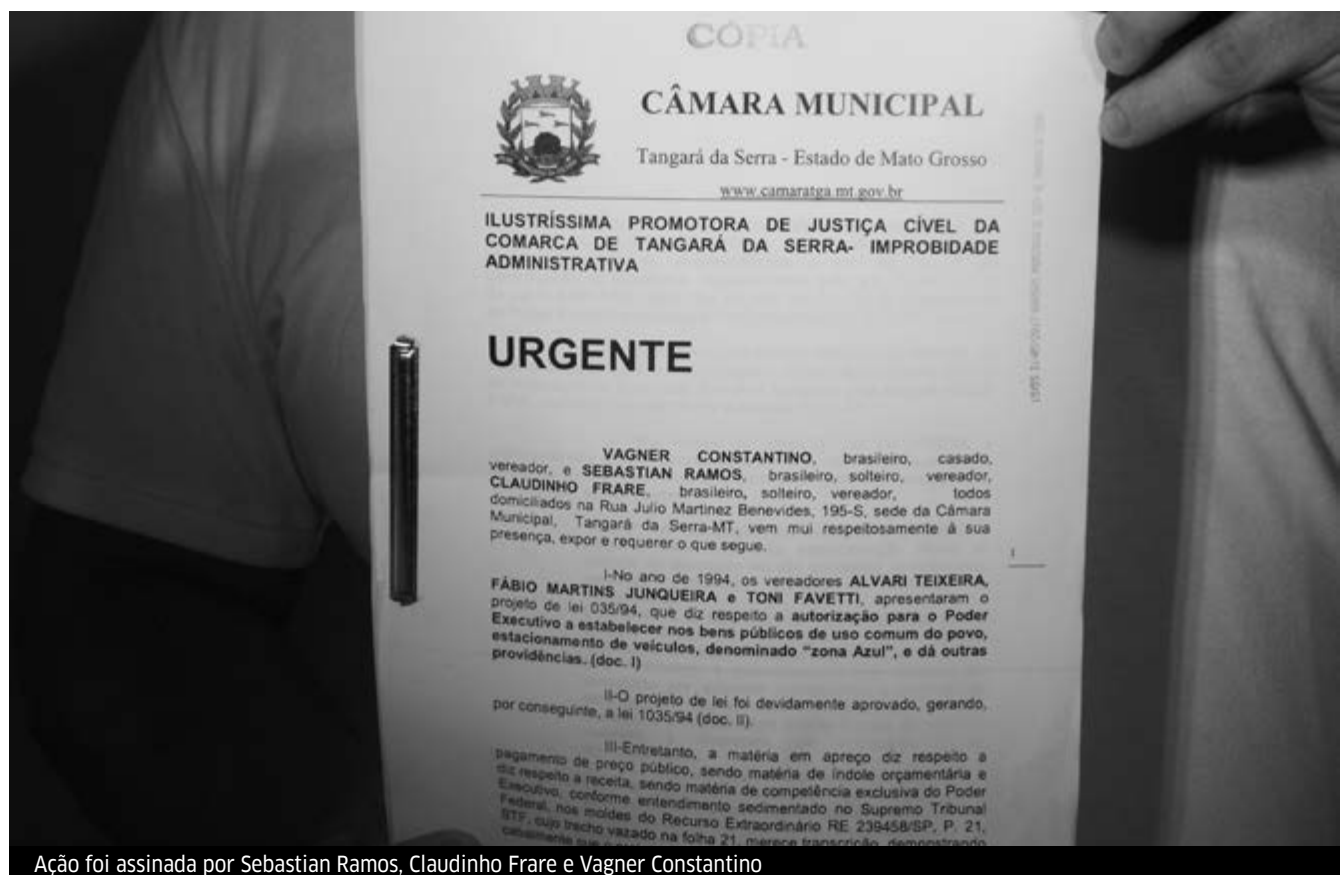
“São programas que

sensibilizam, orientam e apóiam os gestores públicos, garantindo a oportunidade de aprendizado. (...) Estes programas possibilitam o início de um novo tempo, em que vereadores, servidores e a sociedade estarão mais capacitados e preparados para a fiscalização”, afirmou.

Hélio da Nazaré destacou a participação de vereadores, tanto de Tangará quanto de toda a região. Segundo ele, a participação demonstra a atenção dos parlamentares aos temas que são discutidos no evento, como a necessidade de potencializar o processo de controle e, principalmente, a participação social.

APELO AO JUDICIÁRIO

Contra Zona Azul, vereadores protocolam Ação Civil Pública



Ação foi assinada por Sebastian Ramos, Claudinho Frare e Wagner Constantino

>> **Paulo César Desidério**
Redação DS

Os vereadores Sebastian Ramos (PSB), Claudinho Frare (PSD) e Wagner Constantino (PSDB) protocolaram na tarde de ontem, 31, uma Ação Civil Pública junto ao Ministério Público Estadual em Tangará da Serra, onde solicitam com urgência a suspensão da implantação da Zona Azul no município.

“Estamos solicitando ao Ministério Público, diante das prerrogativas que lhes são inerentes, que suspenda imediatamente as possíveis ações

da empresa GoldPark com relação à Zona Azul em Tangará da Serra até minimamente que o Poder Legislativo possa tomar os próximos passos que é a possível revogação da Lei de 1994”, informou Sebastian.

Na sessão de terça, 30, os vereadores aprovaram a quebra do regime de urgência especial ao projeto de autoria de Frare, que pedia a revogação imediata da Lei que permite o funcionamento do serviço. Sendo assim, a tramitação será normal.

“O meu intento para que fique bastante claro para a população em pe-

dir a quebra de regime, foi justamente para fazer essa ação que estamos fazendo aqui na Promotoria em Tangará da Serra, para conseguirmos um tempo de análise, estudo e verificação. A fim então de registrarmos o documento, estamos aqui”, explica o vereador.

A argumentação do trio de parlamentares se baseia em vários pontos. Um deles é que o projeto de Lei teria sido contaminado pelo que a Justiça estabelece como vício de iniciativa à época em que tramitou no Legislativo.

“Nós estamos aqui ob-

servando vários elementos que vão contra aquilo que é próprio da Lei Municipal, as Legislações vigentes. Uma delas é a própria Lei de 94, que tem alguns questionamentos inclusive legislativos em questão, e outra é que o trâmite sobre a Lei de 94 e a aplicação da Zona Azul exorbita uma série de elementos que nós, enquanto legisladores, contemplamos e visualizamos juntamente com o Jurídico da Câmara Municipal”, argumentou, ao dizer.

“Solicitamos de imediato, porém, respeitamos o tempo do Ministério”, finalizou Sebastian.